

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| <i>Apresentação</i> .....     | V   |
| <i>Sobre os autores</i> ..... | VII |

|                  |   |
|------------------|---|
| Introdução ..... | 1 |
|------------------|---|

### Capítulo I

#### Buscando o Inimigo: De *Satã* ao Direito Penal *Cool*

|  |    |
|--|----|
| 1.1. Os Diferentes Aspectos do Poder Punitivo .....                              | 5  |
| 1.2. As Etapas Colonialista e Neocolonialista .....                              | 9  |
| 1.3. O Autoritarismo Penal do Século XX Europeu: A Frontalidade Mítica .....     | 14 |
| 1.4. O Século XX na Periferia do Poder Planetário .....                          | 20 |
| 1.5. As Emergências Legitimantes das Últimas Décadas do Século .....             | 22 |
| 1.6. Os Albores do Século XXI: Onde Está o Inimigo?.....                         | 26 |
| 1.7. O Autoritarismo Penal <i>Cool</i> Latino-Americano .....                    | 30 |
| 1.8. As Respostas do Discurso Jurídico Frente ao Autoritarismo <i>Cool</i> ..... | 37 |

### Capítulo II

#### Criminologia e Psiquiatria: O Trauma do Primeiro Encontro

|   |    |
|---|----|
| 2.1. Comunicando a Incomunicação .....                                      | 41 |
| 2.2. A Pré-História.....  | 42 |
| 2.3. As Origens: A Psiquiatria Moderna Ilumina a Criminologia Oficial ..... | 44 |
| 2.4. A Criminologia Seguiu seu Curso pelas Mãos dos Psiquiatras.....        | 51 |
| 2.5. O <i>Trauma</i> do Genocídio.....                                      | 55 |
| 2.6. A Criminologia Independe da Psiquiatria .....                          | 58 |
| 2.7. A Perspectiva de um Reencontro Frutífero .....                         | 60 |

### Capítulo III Direito Penal e Protesto Social

|  |    |
|--|----|
| 3.1. Delimitação do Fenômeno .....   | 63 |
| 3.2. O Protesto não Institucional.....                                       | 69 |
| 3.3. O Protesto Institucional sempre é Atípico .....                         | 70 |
| 3.4. O Protesto não Institucional nem sempre é Típico .....                  | 72 |
| 3.5. O Protesto que se Manifesta em Condutas Típicas e a Justificação.....   | 78 |
| 3.6. O Protesto que se Manifesta em Condutas Ilícitas e a Culpabilidade..... | 80 |
| 3.7. Algumas Reflexões Políticas.....  | 82 |

### Capítulo IV O Crime Organizado: Uma Categoria Frustrada

|  |     |
|--|-----|
| 4.1. Introdução .....  | 85  |
| 4.2. Pluralidade de Agentes e Crime Organizado .....   | 86  |
| 4.3. O Panorama das Conceitualizações .....  | 88  |
| 4.4. O Poder Impõe à Criminologia uma Missão Impossível .....                                | 90  |
| 4.5. Funcionalidade Política da Versão Conspirativa.....                                     | 92  |
| 4.6. A Inconsistência Criminológica do Paradigma Mafioso.....                                | 95  |
| 4.7. Crime Organizado ou Desorganizado? .....  | 98  |
| 4.8. A Extensão de uma Categoria Frustrada .....   | 102 |
| 4.9. Uma Política Criminal Intervencionista em uma Economia de Mercado.....                  | 104 |
| 4.10. A Criminalização mediante uma Categoria Frustrada: O Direito Penal<br>Autoritário..... | 106 |
| 4.11. Conclusões .....   | 112 |

### Capítulo V É Possível um Direito Penal do Inimigo não Autoritário?

|  |     |
|--|-----|
| 5.1. A mais Recente Proposta de Direito Penal do Inimigo .....                         | 115 |
| 5.2. Polarização no Direito Penal Vigente .....  | 116 |
| 5.3. Uma Polarização Filosófica Incomum .....  | 117 |
| 5.4. A Confrontação Hobbes/Locke .....   | 118 |
| 5.5. A Confrontação Kant/Feuerbach.....  | 120 |
| 5.6. O Hobbesianismo do Século Passado: Carl Schmitt.....                              | 122 |
| 5.7. O Reflexo Penal do Inimigo no Século Passado: Edmund Mezger.....                  | 126 |
| 5.8. A Frustração da Aspiração de um Direito Penal do Inimigo<br>não Autoritário ..... | 130 |

|  |     |
|--|-----|
| 5.9. Consequências da Sacralização da Dinâmica do Poder Punitivo ..... | 133 |
|--|-----|

### Capítulo VI

Girardin: Abolicionismo entre o Segundo Império e a Terceira República Francesa

|   |     |
|---|-----|
| 6.1. Variáveis do Poder Punitivo .....      | 135 |
| 6.2. Legitimidade do Direito de Punir ..... | 141 |

### Capítulo VII

A Globalização e as Atuais Orientações da Política Criminal

|  |     |
|--|-----|
| 7.1. Introdução .....  | 162 |
| 7.2. A Globalização como Fato de Poder e o Pensamento Único como Discurso Legitimante .....                    | 163 |
| 7.3. As Características do Novo Poder Planetário .....   | 164 |
| 7.4. O Desconcerto Ideológico Geral.....   | 166 |
| 7.5. O Desconcerto nas Ideologias do Sistema Penal .....   | 167 |
| 7.6. Os Delitos Macroeconômicos: O Poder Planetário .....  | 170 |
| 7.7. A Deterioração do Poder Político: O Poder Nacional.....   | 171 |
| 7.8. O Espetáculo Criminal do Espetáculo Político.....   | 173 |
| 7.9. O Centro e a Margem: O Processo de Igualação .....  | 176 |
| 7.10. As Perspectivas Imediatas do Poder Punitivo, dos Discursos do Sistema Penal e dos Direitos Humanos ..... | 177 |
| 7.11. Perspectivas Possíveis.....  | 179 |
| 7.12. O Sentido da Ação .....  | 182 |
| 7.13. O Saber Penal da Globalização.....   | 184 |

### Capítulo VIII

As “Classes Perigosas”: O Fracasso de um Discurso Policial Pré-Positivista

|   |     |
|---|-----|
| 8.1. Discursos Históricos .....               | 187 |
| 8.2. Costumes, Hábitos e Gêneros de Vida..... | 194 |

### Capítulo IX

A Legitimação do Controle Penal dos “Estranhos”

|   |     |
|---|-----|
| 9.1. Uma Ideia Velha em um Panorama Novo.....       | 213 |
| 9.2. Primeiras Precisoões Conceituais .....         | 216 |
| 9.3. O Inimigo no Exercício do Poder Punitivo ..... | 217 |
| 9.4. O Saber Jurídico Penal do Inimigo .....        | 221 |

|  |     |
|--|-----|
| 9.5. O Inimigo, Estranho ou <i>Hostil</i> na Teoria Política ..... | 228 |
| 9.6. Algumas Conclusões .....                                      | 241 |

## Capítulo X

### O Caminho da Criminologia

|   |     |
|---|-----|
| 10.1. O Conhecimento Criminológico como Caminho .....                       | 243 |
| 10.2. O Caminho da Administração dos Medos .....                            | 244 |
| 10.3. A Definição como Tautologia Autoritária .....                         | 246 |
| 10.4. O Criminologista <i>Sábio</i> e o Criminologista <i>Ingênuo</i> ..... | 247 |
| 10.5. A Criminologia Acumula Discursos durante Cinco Séculos.....           | 248 |
| 10.6. Os Discursos como Luta entre Corporações .....                        | 249 |
| 10.7. A Idade Média não Terminou.....                                       | 250 |
| 10.8. O Confisco das Vítimas.....   | 251 |
| 10.9. O Sequestro de Deus.....  | 251 |
| 10.10. O Interrogatório Violento como Método Científico.....                | 252 |
| 10.11. O Saber dos Senhores .....   | 253 |
| 10.12. O Saber Sujeita aos Senhores .....                                   | 254 |
| 10.13. É Possível Superar o Saber através da Inquisição Violenta? .....     | 254 |
| 10.14. A Discriminação como Produto Estrutural .....                        | 255 |
| 10.15. A Primeira Privatização da Segurança .....                           | 256 |
| 10.16. Inquisição: O Estado Administrador da Morte .....                    | 257 |
| 10.17. As Burocracias: O Estado que Administra a Vida.....                  | 259 |
| 10.18. As Corporações Repartem a Vida .....                                 | 259 |
| 10.19. As Corporações Ensinam a não Ver .....                               | 260 |
| 10.20. O Vínculo Corporativo com o Poder Social Amplo .....                 | 261 |
| 10.21. Hegemonia Corporativa e Mercenarismo .....                           | 263 |
| 10.22. A Disputa Corporativa pela Propriedade do Crime.....                 | 264 |
| 10.23. As Grandes Etapas Hegemônicas.....                                   | 266 |
| 10.24. A Atual Carência da Hegemonia Discursiva.....                        | 268 |

## Capítulo XI

### Pode o Direito Criminal realmente Contribuir para a Prevenção de Crimes contra a Humanidade?

|  |     |
|--|-----|
| 11.1. Poder Punitivo Estruturante .....            | 274 |
| 11.2. Os Resultados do Uso do Poder Punitivo ..... | 276 |
| 11.3. Paranoia e Criação de Inimigos .....         | 282 |
| 11.4. Poder Punitivo, Biologia e Etnologia .....   | 289 |

|   |     |
|---|-----|
| 11.5. Poder Punitivo e Sacrifício ..... | 292 |
| 11.6. O Caminho para a Frente .....     | 299 |

## Capítulo XII

### Direito Penal e Criminologia Sociológica: Integração e Desintegração

|  |     |
|--|-----|
| 12.1. A Ciência Penal como anomalia jurídica .....                                       | 307 |
| 12.2. Legitimações de acordo com o imaginário social penalista.....                      | 310 |
| 12.3. O que está em questão quando se discute a legitimidade do<br>poder punitivo? ..... | 312 |
| 12.4. A Criminologia Etiológica e a Ciência Penal.....                                   | 313 |
| 12.5. Uma Ciência Penal independente e útil para qualquer modelo de Estado?.             | 318 |
| 12.6. O avanço da Sociologia. ....   | 319 |
| 12.7. A desintegração se torna insustentável.....  | 323 |
| 12.8. Não é impossível a construção de um novo sistema Integrado. ....                   | 326 |
| 12.9. Re-legitimação por meio de uma nova integração.....                                | 330 |
| 12.10. A onticidade do exercício do poder punitivo .....                                 | 332 |

## Capítulo XIII

### Sobre a Republicação de Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal

|   |     |
|---|-----|
| 13.1. A validade da crítica.....  | 337 |
| 13.2. Alessandro Barata não elaborou um modelo integrado de Criminologia<br>e Direito Penal (dogmática jurídico-penal)..... | 339 |
| 13.3. Integração com a Política Criminal. ....  | 340 |
| 13.4. Poderia ter desenvolvido um modelo integrado de Criminologia e<br>Direito Penal? .....                                | 341 |
| 13.5. A Sociologia do Direito Penal não esgota a Sociologia de todo o<br>poder punitivo .....                               | 342 |
| 13.6. A ideia de pluralidade de sistemas punitivos .....  | 344 |
| 13.7. São estas as únicas pluralizações de sistemas punitivos? .....  | 345 |
| 13.8. Estado, instituições e grau de estatização .....  | 346 |
| 13.9. O dever-ser constitucional e o ser social .....   | 347 |
| 13.10. A dinâmica da estatização .....  | 348 |
| 13.11. O impulso latente para a pluralização de sistemas punitivos. ....  | 349 |
| 13.12. A passagem ao ato: as diferentes suposições de pluralização .....  | 350 |
| 13.13. Rumo a um novo modelo integrado: o objetivo político da dogmática<br>jurídica .....                                  | 351 |
| 13.14. A dogmática jurídico-penal em Estados que conservam o poder<br>jurídico de contenção do poder punitivo .....         | 352 |

|  |     |
|--|-----|
| 13.15. A dogmática jurídico-penal em Estados com poder jurídico enfraquecido ..... | 353 |
| 13.16. Os limites do poder de controle jurídico.....                               | 355 |

Capítulo XIV  
Crime e Hereditariedade

|   |     |
|---|-----|
| 14.1. Herança .....   | 357 |
| 14.2. O Progresso da Manipulação Genética.....                      | 364 |
| 14.3. Importância para a Criminologia .....                         | 370 |
| 14.4. A Constituição <i>XY Y</i> e a Prevenção da Delinquência..... | 372 |

Capítulo XV  
O Delinquente por Tendência

|   |     |
|---|-----|
| 15.1. Origem e Antecedentes da Tendência a Delinquir .....  | 383 |
| 15.1.1. A concepção inicial .....   | 383 |
| 15.1.2. A fórmula do Código Penal italiano de 1930 .....  | 385 |
| 15.2. O Tipo Criminal do Delinquente por Tendência .....  | 388 |
| 15.2.1. O caráter criminológico da tendência a delinquir .....                                      | 388 |
| 15.2.2. A questão da terminologia.....  | 393 |
| 15.2.3. A individualização do delinquente por tendência no quadro dos tipos criminológicos .....    | 395 |
| 15.2.4. Importância da Psicopatologia para os estudos pertinentes ao delinquente por tendência..... | 399 |
| 15.2.5. As personalidades psicopáticas .....  | 401 |
| 15.2.6. O destaque para o tipo insensível.....  | 404 |
| 15.2.7. A violência e a agressividade na vida contemporânea .....                                   | 409 |

Capítulo XVI  
Importância e Utilidade do Exame Criminológico

|  |     |
|--|-----|
| 16.1. Origem e Evolução .....                                | 417 |
| 16.2. Legitimidade e Conveniência do Exame .....             | 419 |
| 16.3. A Utilidade do Exame .....                             | 423 |
| 16.4. A Essência do Exame .....                              | 425 |
| 16.5. Técnicas de Avaliação do Comportamento Criminoso ..... | 425 |

Capítulo XVII  
O Caráter Científico da Criminologia

|                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| 17.1. Evolução da Criminologia ..... | 446 |
|--------------------------------------|-----|

|  |     |
|--|-----|
| 17.2. O Conceito de Criminologia .....                   | 448 |
| 17.3. O Direito Penal Científico de Roberto Lyra.....    | 451 |
| 17.4. A Busca da Verdade Científica em Criminologia..... | 453 |

### Capítulo XVIII

#### Criminologia e Política Criminal

|   |     |
|---|-----|
| 18.1. Campo Adequado para as Pesquisas de Política Criminal.....                | 460 |
| 18.2. Relação com as Disciplinas Afins .....                                    | 463 |
| 18.3. A Política Criminal Considerada como Ciência de Observação .....          | 469 |
| 18.4. A Política Criminal como Arte de Organizar a Luta contra o Crime .....    | 471 |
| 18.5. Limites da Política Criminal .....  | 477 |
| 18.6. Política Criminal e Prevenção do Crime.....                               | 479 |
| 18.7. A Integração da Criminologia Crítica na Dinâmica da Política Criminal.... | 482 |

### Capítulo XIX

#### Prisão: Passado, Presente e Futuro

|  |     |
|--|-----|
| 19.1. Imagem Através dos Séculos ..... | 487 |
| 19.2. Não Há Prisão Feliz .....        | 489 |
| 19.3. Cânones da Execução Penal.....   | 490 |

### Capítulo XX

#### Progresso Tecnológico e Reforma Penal

|  |     |
|--|-----|
| 20.1. O Novo Mundo sem Fronteiras.....                               | 495 |
| 20.2. A Sedimentação de Estratégias Criativas na Execução Penal..... | 496 |

### Capítulo XXI

#### Origem e Evolução do Monitoramento Eletrônico do Infrator

|   |     |
|---|-----|
| 21.1. A Teledetecção Aplicada na Justiça Penal.....     | 501 |
| 21.2. Opções Técnicas de Monitoramento Eletrônico ..... | 505 |

### Capítulo XXII

#### Consensualismo Penitenciário

|  |     |
|--|-----|
| 22.1. O Caminho do Consenso ante os Problemas Humanos e o Processo de Vitimização do Preso ..... | 510 |
| 22.2. A Propulsão ao Crime ou Propulsão à Vitimização na Sociedade Fechada da Prisão .....       | 514 |
| 22.3. Caminho do Consenso .....  | 518 |

Capítulo XXIII  
Prisão, Estado e Direitos Humanos

|   |     |
|---|-----|
| 23.1. Justificativa do Castigo no Ordenamento Jurídico.....       | 521 |
| 23.2. Pilares da Moderna Política Criminal.....                   | 522 |
| 23.3. Prisão e Direitos Humanos.....                              | 524 |
| 23.4. O Direito Internacional das Execuções Penais.....           | 525 |
| 23.5. Princípios da Organização das Nações Unidas (ONU).....      | 526 |
| 23.6. Princípios da Organização dos Estados Americanos (OEA)..... | 528 |
| 23.7. Princípios da União Europeia (UE).....                      | 528 |
| 23.8. Princípios da Organização da Unidade Africana (OUA).....    | 529 |
| 23.9. Princípios da Liga dos Estados Árabes (LEA).....            | 529 |
| 23.10. Princípios da União dos Estados Asiáticos (UEA).....       | 529 |
| 23.11. A Constituição Brasileira.....                             | 529 |

Capítulo XXIV  
Globalização, Espaço Cibernético e Crime Organizado Via Internet

|  |     |
|--|-----|
| 24.1. A Sociedade do Risco Mundial.....                        | 541 |
| 24.2. Crime e Tecnologia Cibernética.....                      | 543 |
| 24.3. Tipos de Crimes Cibernéticos ou Crimes Informáticos..... | 545 |
| 24.4. A Natureza do Crime Informático.....                     | 547 |
| 24.5. Fraude Cibernética.....                                  | 550 |
| 24.6. A Eficácia das Leis Penais Internacionais.....           | 553 |
| 24.7. O Dilema do Fenômeno.....                                | 555 |

Capítulo XXV  
Segurança Humana, Desenvolvimento Sustentável e Global Governança

|  |     |
|--|-----|
| 25.1. Introdução.....  | 557 |
| 25.2. Conceito de Segurança Humana.....  | 558 |
| 25.3. Componentes Centrais da Segurança Humana para o Desenvolvimento Sustentável..... | 559 |
| Primeira esfera: Segurança Econômica.....  | 560 |
| Segunda esfera: Segurança alimentar.....   | 560 |
| Terceira esfera: Segurança na Saúde.....   | 560 |
| Quarta esfera: Segurança Ambiental.....  | 561 |
| Quinta esfera: Segurança Cidadã.....   | 561 |
| Sexta esfera: Segurança Comunitária.....   | 561 |
| Sétima esfera: Segurança Financeira.....   | 562 |
| Oitava esfera: Segurança Jurídica.....   | 562 |
| Nona esfera: Segurança Política.....   | 562 |

|  |     |
|--|-----|
| 25.4. A Segurança Humana na Global Governança: Os Direitos Humanos, o Direito Humanitário e o Direito Internacional Penal..... | 563 |
| 25.5. A Segurança Humana nos Sistemas Regionais Intergovernamentais .....  | 566 |
| Organização dos Estados Americanos .....   | 567 |
| Estados Árabes .....   | 568 |
| Países Asiáticos .....   | 568 |
| União Europeia.....  | 568 |
| 25.6. A Segurança Humana em Compreensivas Abordagens de Prevenção do Crime.....  | 569 |
| 25.7. Segurança Humana e Diretrizes da ONU para a Prevenção do Crime .....   | 574 |
| 25.8. Segurança Humana e Crime Organizado .....  | 575 |
| 25.9 A sociedade mundial de risco .....  | 579 |
| 25.10. Conclusão.....  | 579 |

### Capítulo XXVI

#### Compliance, Cultura de Integridade e Aliança para Boas Práticas na Governança Institucional

|   |         |
|---|---------|
| 26.1. Introdução .....  | 581     |
| 26.2. Antecedentes .....  | 583     |
| 26.3. Definição de Compliance.....  | 584     |
| 26.4. Planejamento da qualidade de gestão ética do compliance no desenvolvimento sustentável .....    | 584     |
| 26.5. Desempenho proativo do compliance.....  | 586     |
| 26.6. Ações no processo de diálogo do compliance no contexto do desenvolvimento sustentável .....     | 588     |
| 26.7. Diretrizes da governança corporativa com responsabilidade social relacionada ao compliance..... | 590     |
| 26.8. O canal de denúncia ou queixa como instrumento do compliance.....                               | 591     |
| 26.9. Comitês de supervisão independentes .....   | 592     |
| 26.10. Unidade para atenção e reparação de danos à vítima .....                                       | 593     |
| 26.11. A proteção da privacidade .....  | 594     |
| 26.12. A convenção americana sobre direitos humanos - pacto de San José, Costa Rica .....             | 595     |
| 26.13. O Fórum Econômico Mundial .....  | 596     |
| 26.14. O Pacto Global Da Onu .....  | 597     |
| 26.15. Conclusão.....   | 598     |
| 26.16. Modelo de Compliance na América Latina com apoio da ONU .....                                  | 599     |
| <br>Bibliografia .....  | <br>601 |
| Índice Alfabético-Remissivo.....  | 605     |